

Um Olhar Renovado Sobre Desenvolvimento Local: Uma Análise a partir dos Aportes da Economia Solidária e de Pesquisa Empírica na Bahia

Genauto Carvalho de França Filho

Doutor em Sociologia pela Université de Paris VII – Université Denis Diderot, França.

Professor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA).

Membro do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA-UFBA). Pesquisador do Centro de Investigação em Gestão Social da UFBA (CIAGS)

genautofrancafilho@gmail.com

Gildásio Santana Júnior

Doutorando do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA. Professor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

gildasiojr@uol.com.br

Resumo

O presente texto discute a sustentabilidade e os critérios de relevância de experiência de desenvolvimento local. Para tanto, analisou-se três experiências no Estado da Bahia: a Rede Pintadas, a Associação de Pequenos Produtores da Bahia – APAEB/Valente e o Projeto de Policultura do Semi-árido (Umburanas, Ouro-lândia e Cafarnaum). Buscou-se compreender a singularidade de tais práticas na sua relação com o local. Em especial, procurou-se salientar como o desenvolvimento das atividades econômicas em tais experiências articula-se com diferentes dimensões da vida das pessoas no território (o social, o político, o cultural e o ambiental). A partir de um enfoque de antropologia econômica evidenciaram-se os reflexos específicos de tal articulação sobre a conformação do desenvolvimento local. Os resultados alcançados apontam diferentes inovações suscitadas através das práticas que implica em participação política das pessoas nas decisões sobre assuntos comunitários, sentimento de identidade com seu território, capacidade de geração e distribuição equilibrada de renda e criação de atividades fortemente vinculadas às características ambientais locais. Assim, foi possível redefinir critérios de relevância sobre a sustentabilidade de tais experiências com base nos aportes da economia solidária.

Introdução

O presente texto discute a sustentabilidade e os critérios de relevância de experiência de desenvolvimento local. Para tanto, utiliza-se de informações empíricas de uma pesquisa realizada entre outubro de 2006 e março de 2007, pela ONG Cordel e a Escola Administração da UFBA sobre experiências de desenvolvimento local/territorial no Estado da Bahia. A investigação pautou-se em levantamentos em fontes secundárias, em informações primárias dos agentes de desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil e em visitas de campo. Com base nas fontes secundárias e nas indicações dos agentes de desenvolvimento constituiu-se um painel de 67 experiências relevantes. Deste universo foram selecionados quatro casos para visita de campo: a Associação Sementes da Esperança, na Comunidade de Queimada Grande no Município de Banzaê; a APAEB no município de Valente, a Rede Pintadas em Pintadas e o Projeto de Policultura do Semi-Árido localizado nos municípios de Umburanas, Ouro-lândia e Cafarnaum. Por motivo do pouco espaço, neste texto concentrou-se a análise nos três últimos casos.

O foco do artigo é pensar a relevância em matéria de desenvolvimento local com uma visão renovada da sustentabilidade nas ações territoriais. Sustentabilidade aqui pensada em suas múltiplas dimensões: a sócio-econômica, a sócio-política, a sócio-cultural e a sócio-

ambiental. Isto implica reconhecer a importância da dimensão econômica, porém sem admitir sua absoluta centralidade no processo de desenvolvimento. Pois a sustentabilidade das experiências passa necessariamente pela afirmação das demais dimensões da vida num território.

O texto inicia-se com um painel da economia baiana, abordando o paradoxo entre altas taxas de crescimento econômico e baixos índices sociais e considerando equivocada a visão de desenvolvimento local caracterizada pelo viés da empresarização e exclusividade no empreendedorismo de negócios. A princípio tomamos tal fato como hipótese explicativa para a pouca eficácia das ações de desenvolvimento local aplicadas pelo governo baiano. Óbvio que tal afirmação merece uma investigação própria para uma conclusão mais definitiva.

Em seguida, discute-se a noção de desenvolvimento local com intuito de melhor delinear a pesquisa e estabelecer critérios de relevância mais fundamentados. Porém, só se pode chegar a novos critérios de relevância se repensar as bases analíticas como um todo. Logo, efetua-se uma desconstrução do conceito de economia voltado exclusivamente para a empresarização e para o empreendedorismo de negócios. Em vez de tal noção, adota-se como base teórica orientadora a noção de economia plural sugerida por Polanyi (2000). Como se sabe, Polanyi considera as diversas formas de “fazer economia” ao longo da história humana (daí a denominação de plural), identificando a partir de tal consideração diferentes princípios do comportamento econômico: o mercado auto-regulado, a redistribuição, a reciprocidade e a domesticidade. Tal opção oportuniza não cair em alguns reducionismos muito presentes nas análises teóricas: a irredutibilidade da idéia de empresa (como propósito) à empresa mercantil; a irredutibilidade da idéia de economia à troca mercantil; a irredutibilidade da idéia de política a Estado e a irredutibilidade da ação humana à ação interessada.

Com base em Laville (1994) os diferentes princípios históricos do comportamento econômico são resumidos a três formas de produzir e distribuir riquezas: a) uma economia mercantil – fundada no princípio do mercado auto-regulado; b) uma economia não mercantil – fundada no princípio da redistribuição; c) uma economia não monetária – fundada no princípio da reciprocidade. Ou seja, um tipo de relação de troca orientada principalmente segundo a lógica da dádiva, tal como descrita por Mauss (2001). Dessa forma, o convite de um olhar renovado sobre o desenvolvimento local que o artigo apresenta pauta-se, sobretudo, para um olhar diferenciado de economia, pensado com as bases teóricas interpretativas da economia solidária no sentido proposto por França Filho e Laville (2004).

Diante de tal base conceitual as seções seguintes direcionam-se para elaborar novos critérios de relevância para o desenvolvimento local. A preocupação central foi redefinir o conceito de sustentabilidade das ações, pensando-a a partir do econômico, do cultural, do político, do ambiental e do social.

No tópico seguinte são abordados os detalhes sobre as experiências visitadas a partir das dimensões da conceituação de sustentabilidade empregada aqui.

No item conclusivo afirmamos a importância de se pensar a sustentabilidade do desenvolvimento local de maneira ampliada, a partir do equilíbrio de várias lógicas, pensá-la de maneira plural, ou seja, pensá-la a partir da economia solidária, aliando os saberes tradicionais com elementos da modernidade, mas, sobretudo, incorporar neste processo modalidades de crítica.

2 – A Economia Baiana E Seus Paradoxos

O Estado da Bahia chega aos primeiros anos do século XXI com uma economia que parece pujante, sustentada, ainda, na indústria de transformação de bens intermediários (petróleo, petroquímica e sidero-metalúrgica), mas ampliando significativamente suas indústrias de bens finais, principalmente o setor automobilístico que já representa 17,3% de toda a produção industrial da Bahia (AVENA FILHO, 2006).

Além disso, consolida-se no Estado o pólo de fruticultura do sub-médio São Francisco (Juazeiro), a produção de grãos no oeste (Barreiras), a celulose no extremo sul, a indústria de turismo ao longo do litoral e na Chapada Diamantina, sem falar das indústrias de bens finais leves (calçados, móveis e informática) espalhadas pelo interior, com destaque para as indústrias de calçados.

Em suma, pode-se afirmar que a economia baiana nos últimos 60 anos conseguiu se complexificar, tanto do ponto de vista setorial, quanto espacial, avançando no sentido de diminuir a concentração espacial na Região Metropolitana de Salvador e a prevalência na produção de bens intermediários. Todo esse dinamismo fez com que a economia baiana alcançasse o patamar de sexto PIB do país.

No que pese tal dinamismo, o que poderia atestar que as escolhas proferidas estavam certas, os frutos deste crescimento não chegou a todos os baianos. Ocasionalmente um aparente paradoxo, ou um novo enigma como assinala ALBAN (2005), quando se verifica grande crescimento econômico, porém sem desenvolvimento. Ou seja, apesar do Estado da Bahia ser a sexta economia do país, quando se observa os índices sociais nota-se que a Bahia ocupa as últimas posições (vigésima posição no IDH e abaixo da média nacional em vários indicadores). Logo, analisando a dinâmica da economia baiana por um prisma mais amplo verifica-se que a aparência não representa a essência e uma série de restrições pode ser apontada sobre o seu desempenho econômico.

O fato do descompasso entre crescimento econômico e falta de desenvolvimento não passou despercebido pelos formuladores das políticas públicas e diversas ações foram feitas no sentido de minorar tal situação, entre estas se pode citar programas de desenvolvimento local (Programa Faz Cidadão, incentivo aos Arranjos produtivos Locais (APLs), PRODUR, PRODUZIR I e II, PRO-GAVIÃO, SERTÃO FORTE, CABRA FORTE, até a criação da SECOMP em 2001). Assim, verificou-se uma sucessão de políticas de investimentos, contudo não gerando alavancagem de desenvolvimento no Estado.

Trata-se aí de uma equação mal resolvida, o que nos leva a interrogar sobre as razões dessa situação na Bahia. Se o problema não se encontra na falta de investimentos, deve-se questionar, então, sobre o modo ou a natureza do investimento, isto é, a lógica e diretriz destes investimentos, sobretudo nas iniciativas de desenvolvimento local.

A hipótese contida neste estudo é de considerar equivocado o enfoque no investimento, como também a visão de desenvolvimento local caracterizada pelo viés da empresarização e exclusividade no empreendedorismo de negócios. Isto aponta para a necessidade de redefinição dos critérios para avaliação da relevância em matéria de desenvolvimento local. Neste sentido, nas seções seguintes, tratar-se-á do conceito de desenvolvimento local, abordando a partir de um olhar determinado da economia solidária, para apresentar critérios de sustentabilidade de desenvolvimento local.

3. Repensando Idéias E Práticas Do Desenvolvimento Local

3.1 Breve síntese do debate sobre desenvolvimento local

A preocupação com o desenvolvimento local (seja no debate acadêmico, seja na agenda de discussão pública) aparece fortemente vinculada a uma série de questões/aspectos não resolvidos pelos mercados e pela tradição das políticas desenvolvimentistas (incapacidade de generalizar bem-estar, necessidade de conectar os locais a processos/espacos dinâmicos, de potencializar a produção e de otimizar a comercialização).

Neste sentido, o debate sobre desenvolvimento local surge como uma espécie de solução mágica para os problemas anteriores advindos da idéia de desenvolvimento. Não sem razão, o conceito tende a angariar certa unanimidade e, ao mesmo tempo, desconfiança no sentido da sua importância teórico-prática. Atualmente, ele vem assumindo os contornos próprios de uma espécie de conceito guarda-chuva, que alçado à condição de panacéia, acaba por induzir uma variedade de processos de intervenção.

A questão desloca-se então não para a discussão do desenvolvimento local em si mesmo, mas para suas diferentes modalidades. Neste sentido, as formas de ação do desenvolvimento local podem, mais ou menos, enfatizar a mercantilização, a estatização, as parcerias estado-sociedade civil com protagonismo social, entre outras. Assim, se por um lado o conceito de desenvolvimento local permitiu um avanço significativo no sentido de deslocar o foco de atenção na resolução dos problemas públicos para o território, por outro lado, o problema ou a questão do como agir no território permanece.

Nossa hipótese é de que, no caso baiano, a aposta no desenvolvimento local, enfatizou uma lógica de intervenção quase que exclusivamente centrada nas possibilidades de êxito contidas em uma dinâmica mercantil. É assim que os projetos fomentados pelo governo baseavam-se fundamentalmente numa dinâmica que aqui qualificaremos de *empresarização* (SOLE, 2004), mesmo que o formato das iniciativas utilizadas em alguns momentos fosse do tipo associativo ou cooperativo.

No plano conceitual, um contraponto importante à visão de desenvolvimento local que enfatiza dinâmicas de *empresarização* pode ser encontrado em GALLICCHIO e CAMEJO (2005). Para estes autores, o desenvolvimento local é entendido como um ambicioso processo que envolve tempo, recursos humanos e econômicos, e, sobretudo, capacidade de construção e criação, o qual implica ir construindo, em cada etapa, estas condições ao nível do território e sua articulação com o global. Estes autores querem distinguir-se de outras práticas que se limitam a incorporação de metodologias e técnicas de intervenção afins, mas que não supõem processos de longo prazo, implicando que tampouco se modifiquem substancialmente as formas de implementação e a sustentabilidade de processos.

Esta preocupação com uma forma de valorização do modo de agir em desenvolvimento local, voltado para uma perspectiva de equilíbrio das várias dimensões compondo a vida num território parece muito próxima das preocupações que são comuns aos princípios, conceitos e práticas de economia solidária (ES).

3.2 Economia Solidária como um modo de agir renovado em matéria de desenvolvimento local?

A economia solidária alimenta-se por uma perspectiva substantiva de leitura da economia que, em resumo, identifica-se a idéia de economia como toda forma de produção e de distribuição de riqueza – o que significa assumir o pressuposto básico de uma definição de economia como economia plural (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004). Como as formas de “fazer economia” variaram historicamente, pode-se então, a partir dessa concepção, reconhecer diferentes economias, o que Polanyi (1980) chama de diferentes princípios do comportamento econômico: o mercado auto-regulado, a redistribuição, a reciprocidade e a domesticidade.

Estes diferentes princípios históricos do comportamento econômico podem resumir-se a três formas de economia com o rearranjo de tais princípios na modernidade (LAVILLE, 1994). Assim, economia entendida como toda forma de produzir e distribuir riquezas admite: a) uma economia mercantil – fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca mercantil pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário; b) uma economia não mercantil – fundada no princípio da redistribuição. Ou seja, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los; c) uma economia não monetária – fundada no princípio da reciprocidade. Ou seja, um tipo de relação de troca orientada principalmente pela lógica da dívida, tal como descrita por Mauss (2001). A dívida compreende três momentos: o dar, o receber e o retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo da circulação desses bens e/ou serviços vai muito além da satisfação utilitária das

necessidades. Trata-se, sobretudo, de perenizar os laços sociais (FRANÇA FILHO E DZIMIRA, 1999).

Esse modo de conceber (ou entender) o funcionamento da economia real, além de ampliar o olhar sobre o econômico, para além de uma visão dominante que reduz seu significado à idéia de economia de mercado, permite ainda perceber certas singularidades próprias às práticas de economia solidária. A primeira dessas singularidades diz respeito à possibilidade de pensar as práticas de economia solidária como uma projeção no nível micro ou meso-social desse conceito macro-social de economia plural. A segunda concerne à possibilidade de enxergar a economia solidária como uma articulação inédita dessas três formas de economia, inventando assim um outro modo de instituir o ato econômico. Ao invés de ser concebida como uma “nova economia” que viria simplesmente somar-se as formas dominantes de economia, numa espécie de complemento servindo de ajuste às disfunções do sistema econômico vigente (como se a economia solidária tivesse a função de ocupar-se dos pobres e excluídos do sistema econômico, ocupando assim uma espécie de setor a parte num papel funcionalmente bem definido em relação ao conjunto). A terceira singularidade remete a possibilidade de pensar as práticas de economia solidária como modos de gestão de diferentes lógicas em tensão nas dinâmicas organizativas. Neste sentido, enfatiza-se o desafio fundamental da busca do equilíbrio necessário a sustentabilidade de tais práticas em meio a esta tensão de lógicas.

Contudo, para além dessa combinação de diferentes lógicas econômicas enquanto traço que singulariza as práticas de economia solidária como fundamento de uma outra economia, importa salientar ainda uma segunda vocação de tal forma de economia que aqui definimos como construção conjunta da oferta e da demanda. Ou seja, a criação das atividades (sócio-produtivas) ou a oferta de serviços são construídas (ou constituídas) em função de demandas reais (genuínas) expressas pelos moradores locais.

O quadro de análise descrito acima parece particularmente fecundo no sentido de ultrapassar quatro tipos de reducionismos amplamente praticados na análise teórica e que dificulta sobremaneira um entendimento mais arejado deste assunto:

a) A irreducibilidade da idéia de empresa (como propósito) à empresa mercantil.

Um desses reducionismos é a tendência a identificar a idéia de empresa produtiva como sinônimo necessário de empreendimento lucrativo e fins utilitários. Tal modo de pensar anula as possibilidades de ações coletivas organizadas de natureza produtiva e elaborando atividades econômicas sem fins de acumulação privada e em benefício de grupos e comunidades territoriais. Isto implica ampliar o conceito de empresa produtiva, para além da norma capitalista, assim como, redefinir os parâmetros de gestão comumente utilizados na direção de um maior desenvolvimento e institucionalização de formas autogestionárias.

b) A irreducibilidade da idéia de economia à troca mercantil.

Um segundo reducionismo susceptível de superação nesse debate é aquele que identifica à idéia de economia exclusivamente à lógica utilitarista da economia de mercado ou da troca mercantil. Tal reducionismo impede as possibilidades de uma ampliação da compreensão sobre o que seja o ato econômico e seu sentido para a vida em sociedade, na direção de sua re-significação enquanto forma de produzir e distribuir riquezas. É assim que a superação de tal reducionismo permite enxergar as singularidades das formas muito diferentes de instituir a economia, entre as quais aquela que coloca a solidariedade no centro da elaboração de atividades produtivas.

c) A irreducibilidade da idéia de política à Estado.

Um terceiro reducionismo consiste a separar à política da sociedade, ou seja, das práticas cotidianas dos cidadãos em seus respectivos territórios, como se o lócus fundamental para tal fim fosse exclusivamente as estruturas de Estado. A visão da economia solidária aqui

trabalhada insiste na idéia de uma economia não como um fim em si mesmo (como na lógica de mercado), mas como um meio a serviço de outras finalidades (sociais, políticas, culturais, ambientais, etc.). Isto significa conceber a elaboração de atividades econômicas através de iniciativas organizadas como formas de resolução de problemas públicos concretos num determinado território. Ou seja, as formas de economia solidária podem também ser percebidas como modos de ação pública, isto é, de fazer política no seio da própria sociedade, na medida em que tais iniciativas voltam-se para resolver problemas públicos vividos coletivamente num determinado contexto territorial. Trata-se, evidentemente, do fomento a uma política do cotidiano nos bairros e comunidades que incitam cidadãos a agir.

d) A irredutibilidade da ação humana à ação interessada.

Ao contrário das abordagens da ação social em termos de escolha racional, como se o próprio da ação humana fosse proceder sempre e exclusivamente segundo um cálculo utilitário de conseqüências, numa visão que enfatiza a dimensão estratégica dos comportamentos individuais, a perspectiva da economia solidária abre-se muito mais para uma visão complexa do humano. Este é pensado como antes de tudo um ser simbólico, dotado de valores, e cujo comportamento não pode ser entendido em termos de previsibilidade, mas, sobretudo, é marcado pela incerteza. Se a necessidade, impelindo por vezes os atores a condutas utilitárias constitui um elemento não desprezível na análise dessa realidade, por outro lado tal fator não pode ser considerado o motor exclusivo na explicação das condutas humanas, sobretudo em matéria de economia solidária.

Em resumo, as práticas de economia popular e solidária no Brasil ganharam em complexidade nos últimos anos, afirmando-se como um campo de atores inventando soluções muito inovadoras entre o econômico e o político para a resolução dos problemas cotidianos enfrentados em seus respectivos territórios como decorrência dos processos de exclusão social. De iniciativas originais no plano sócio-econômico; em que se afirma também uma dimensão política forte, seja através da democratização das relações de produção na direção de processos autogestionários, seja com a afirmação de um tipo novo de espaço público de proximidade naquelas experiências em que se vivencia um outro modo de instituir a economia nos territórios através de processos de construção conjunta da oferta e da demanda; surgem em seguida formas de auto-organização política indicando a constituição de espaços públicos de um segundo nível (França Filho, 2006a) em relação aqueles de proximidade (como os exemplos das redes e fóruns de economia solidária); e, finalmente, conhecemos mais recentemente a multiplicação crescente de políticas públicas de economia solidária, inaugurando-se mais um fato novo na dinâmica deste campo, uma vez que tais políticas intervêm no seio de espaços públicos em diferentes níveis, redefinindo as relações entre sociedade civil e poder político, numa abordagem ampliada da ação pública. Diante das considerações acima desenvolvidas, como definir relevância em matéria de desenvolvimento local?

4. Critérios De Relevância Para Avaliação De Experiências: Como Definir A Sustentabilidade No Desenvolvimento Local/Territorial?

Um primeiro aspecto que devemos salientar para uma consideração sobre relevância em matéria de desenvolvimento local passa pela necessidade de compreender a própria idéia de sustentabilidade aplicada a tais experiências no sentido de desconstruí-la. Ou seja, a sustentabilidade no território não pode ser avaliada apenas segundo critérios de economicidade, isto é, enfatizando, sobretudo, a rentabilidade financeira dos empreendimentos produtivos. Logo, uma redefinição da idéia de sustentabilidade torna-se fundamental neste momento. Neste intuito, um primeiro critério que nos parece fundamental diz respeito à capacidade (ou vocação) da experiência em promover uma articulação fina entre

diferentes aspectos da vida em um determinado território, entre as quais destacaríamos as dimensões do: econômico, social, político, cultural e ambiental.

Isto implica reconhecer a importância da dimensão econômica, porém sem admitir sua absoluta centralidade no processo de desenvolvimento. Pois, a sustentabilidade das experiências passa necessariamente pela afirmação das demais dimensões da vida num território: o que significa um território sem história ou sem identidade? Podem as atividades produtivas num território não estarem identificadas com o significado do que se passa (ou se vive ou se constrói) no tecido da vida social que envolve o cotidiano das pessoas? O que dizer de atividades econômicas desvinculadas das características ambientais num território? Ou seja, atividades produtivas que desprezam o manancial de recursos naturais do lugar, cujas fontes energéticas ou os recursos utilizados não se renovam. Como pensar desenvolvimento num território sem considerar a formação da cultura política e a dinâmica de participação das pessoas na discussão dos seus problemas comuns? Onde não há incentivo à preservação e formação de saberes, nem a produção de tecnologias próprias. Em suma, como conceber sustentabilidade num território sem criar as condições de permanência das pessoas nos seus lugares de origem? As considerações acima situam o alcance da nossa problemática, impondo um desafio metodológico fundamental: como aferir a sustentabilidade em cada uma dessas cinco dimensões?

A seguir serão propostos alguns critérios precisos para aferição da sustentabilidade relativo a cada dimensão. Antes, porém, faz-se necessário apresentar algumas considerações de esclarecimento dessa abordagem. Assim, importa ressaltar por um lado, o caráter de indissociabilidade dessas várias dimensões. Isto é, a importância da sustentabilidade no território ser compreendida em relação ao conjunto das dimensões. Por outro lado, a avaliação da sustentabilidade a partir de cada dimensão no território representa um recurso analítico importante em dois sentidos: de um lado, ao permitir um aprofundamento da compreensão do desenvolvimento local pela explicitação de suas distintas facetas/dimensões (benefício de aprofundamento do caso); do outro, ao possibilitar um reconhecimento mais preciso sobre diferentes graus de desenvolvimento local nos territórios, favorecendo análises comparativas. Desse modo, a nossa tese central consiste em considerar que o grau de desenvolvimento local e sua sustentabilidade num território supõe um equilíbrio dinâmico entre as várias dimensões que atravessam a vida das pessoas.

a) dimensão econômica - No que diz respeito a esta dimensão, um primeiro indicador de relevância pode ser atribuído ao grau de impacto promovido pela experiência na distribuição de renda no território. Isto se relaciona, de modo mais preciso, tanto ao número de postos de trabalhos criados (e, por conseguinte número de famílias beneficiadas), o valor dos rendimentos proporcionados, o grau de utilização de insumos do território, quanto à dinâmica do consumo local. Um segundo indicador relativo a esta dimensão econômica concerne à capacidade da experiência em articular nas suas ações diferentes lógicas econômicas entre relações mercantis, não mercantis e não monetárias. Ou seja, para além da capacidade da experiência em gerar transações de natureza mercantil, importa observar se a experiência consegue preservar e estimular no território outros circuitos de relações econômicas, como por exemplo: produção para auto-consumo, intercâmbios de produtos e serviços não monetarizados, mecanismos de subsidiariedade para produção e consumo nas relações com os poderes públicos (transferências governamentais, isenções tributárias ou outras formas de subsídio), utilização coletiva de recursos (equipamentos, propriedades etc.) e diferentes formas de finanças solidárias, entre outras.

b) dimensão social - No que diz respeito a esta dimensão, um primeiro indicador fundamental de relevância da experiência é de natureza eminentemente qualitativa. Trata-se do nível de coesão social existente no ambiente de relações entre as pessoas envolvidas com a experiência. Este aspecto relaciona-se a própria característica do tecido social e do cotidiano

vivido no território que sustenta a experiência. Neste quesito, destacam-se alguns indicadores qualitativos tais como: o tipo de sociabilidade vivido no território, o grau de confiança e a natureza do vínculo na relação entre as pessoas etc.. Neste sentido, o fato do desenvolvimento das atividades econômicas encontrar-se indissocialmente ligado às próprias práticas de relações sociais fortemente baseadas no vínculo (muitas vezes pré-existente) entre as pessoas no território, parece denotar fator de relevância da experiência.

c) dimensão cultural - Esta dimensão remete ao grau de afirmação identitária característico dos grupos envolvidos com a experiência de desenvolvimento local. A compreensão de tal dimensão parece passar, primeiro, por um conhecimento relativo à própria história do local e, fundamentalmente, o grau de identificação das pessoas com esta história; o que supõe: sentimento de pertencimento das pessoas em relação ao seu território, práticas e valores comuns compartilhados. Neste sentido, deve-se considerar como critério de relevância o grau de enraizamento das atividades empreendidas na experiência no tecido da vida cultural do lugar, o que implica não apenas reafirmação de valores e costumes próprios, mas também o uso fruto de recursos naturais locais e tecnologias socialmente apropriadas.

d) dimensão política - Esta dimensão deve ser considerada em relação a um triplo aspecto. O primeiro diz respeito ao grau de autonomia dos grupos locais no processo de gestão da experiência. Neste aspecto deve-se considerar ainda o grau de democratização das relações e o nível de participação das pessoas. O segundo aspecto refere-se à capacidade da experiência em fomentar um modo de ação pública no território, o que afeta diretamente o nível e a forma de participação das pessoas na discussão de problemas comuns relativos ao cotidiano da vida no próprio lugar. O terceiro aspecto concerne o nível de articulação da experiência, tanto no sentido de inserir-se em redes no âmbito da própria sociedade civil, quanto no que diz respeito a sua capacidade de estabelecer pactos ou interações com poderes públicos, preservando sua autonomia. O conjunto destes aspectos sinaliza a importância do caráter sócio-político como critério de relevância devendo permear a experiência. O primeiro aspecto salienta o nível de aprendizado de uma cultura política democrática orientando os processos decisórios internos. Os dois últimos aspectos, em especial, além de apontar inovações na esfera da cultura política local, informam ainda sobre a capacidade da experiência em promover transformações no plano mais institucional da vida no território:

e) dimensão ambiental - Esta dimensão remete ao grau de vinculação da experiência em relação às características ambientais próprias num território. Neste sentido, merecem destaque alguns aspectos. Em primeiro lugar, importa avaliar a forma de manejo dos recursos ambientais através das atividades desenvolvidas. Neste quesito, a dimensão tecnológica assume extrema importância, tendo em vista a necessidade de qualificação da relação entre meio-ambiente e processo produtivo. Assim, deve-se avaliar o tipo de tecnologia empregada nas iniciativas/atividades, procurando identificar em primeiro lugar se a técnica é original (e construída de forma socialmente referenciada); se ela é oriunda de outras realidades e adaptada ao local; ou, se ela é convencional, seja no sentido de recuperação de processos tradicionais, seja no sentido de ser transplantada diretamente de outras lógicas sem considerar as especificidades do território. Consequentemente, é preciso considerar se as iniciativas utilizam insumos ou recursos próprios do seu território; se os recursos utilizados não têm efeito poluidor; se as fontes energéticas utilizadas são de base renovável; e finalmente, importa avaliar o nível de geração de resíduos pelas atividades, bem como, seu modo de tratamento. Em segundo lugar, importa avaliar o grau de centralidade do ser humano em relação aos processos utilizados. Isto quer dizer que não basta a boa conservação dos recursos ambientais sem se considerar o humano. Ou seja, a dimensão ambiental necessariamente relaciona-se com a boa utilização dos recursos ambientais, sua preservação e bem estar humano. Finalmente, há que se considerar a re-educação dos envolvidos nos processos de consumo.

5. Práticas relevantes de desenvolvimento local na Bahia: três casos em discussão

Se as considerações anteriores permitem no plano metodológico uma orientação muito clara acerca do que pode definir relevância em matéria de desenvolvimento local, cabe neste momento cotejar tais critérios com a análise da realidade. A seguir são apresentados três casos que consideramos relevantes neste âmbito.

5.1 – A Rede Pintadas

A Rede Pintadas é uma articulação de organismos locais com distintas naturezas (entre iniciativas mais sócio-econômicas e outras mais sócio-políticas e sócio-culturais), voltadas para geração de trabalho e renda, assim como, para a dinamização da vida no território como estratégia de desenvolvimento local.

Atualmente a Rede é composta pelas seguintes entidades: Prefeitura Municipal, Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Escola Família Agrícola (EFA), Cooperativa de Crédito Rural de Pintadas (SICOOB Sertão), Cooperativa Agroindustrial de Pintadas (COOAP), Associação de Apicultores (ASA), Associação de Mulheres de Pintadas (AMP), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas (STR), Associação Cultural Beneficente Padre Ricardo, Rádio Comunitária de Pintadas (RADACOM), Companhia de Arte Cênica Rheluz e o Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP).

A história do Município de Pintadas pode ser lembrada a partir de três vetores: a mística religiosa, a prática político-partidária e a construção/exercício de atividades. A mística religiosa foi embalada pelos preceitos da Teologia da Libertação que contribuiu para formação das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais, soldando o sentido de comunidade e esperança de construir uma vida melhor. A prática político-partidária consistiu em tratar os problemas da localidade como problemas públicos e buscar a solução deles de forma coletiva, através de iniciativas político-partidárias. No tocante ao vetor da construção/exercício de atividades, observa-se que sempre se teve uma atividade concreta como resposta a uma dificuldade, fazendo com que as tentativas e erros fossem direcionando as ações. Estes ingredientes conformaram uma geração de jovens a querer mudar o destino de suas vidas e de sua localidade.

Um episódio marcante na história de Pintadas foi a expulsão de 16 famílias de suas terras na Comunidade do Lameiro, por um grileiro em 1985. Este episódio gerou uma forte solidariedade dos agricultores de outras comunidades do município em relação às famílias do Lameiro, com decisivo apoio da Igreja Católica e do recém criado Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas àquela época. Depois de dois anos, onde aconteceram inúmeros mutirões, negociações políticas, debates, manifestações populares e confrontos; o governo federal desapropriou 250 hectares de terras em favor das 16 famílias que foram assentadas. Para muitos, a Luta do Lameiro foi um momento chave para o fortalecimento dos movimentos sociais de Pintadas, tendo em vista o acúmulo político e social que se deu no processo.

Em 1988, nasceu o Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP) fruto da ação conjunta da Paróquia de Pintadas, do Sindicato de Trabalhadores Rurais e do Movimento de Jovens (Jovens Pela Libertação-JPL), além de diversas associações comunitárias. O Centro Comunitário passou a fomentar e apoiar diversas iniciativas no sentido do desenvolvimento social de Pintadas (como exemplo pode-se citar: Ass. De Mulheres, a Ass. Beneficente Padre Ricardo e a Escola Família Agrícola).

A entidade assumiu a gestão do Projeto Pintadas/BNDES, capacitando e prestando assistência técnica aos pequenos produtores. Com o tempo, o Centro Comunitário transformou-se num fórum de desenvolvimento municipal, de discussão das ações de interesse público, servindo também como uma “incubadora” de organizações sociais. Na busca de apoio técnico e financeiro para a geração de emprego e renda em Pintadas, assim

como para alternativas de produção e de convivência com a seca, o Centro Comunitário acabou se articulando com organizações de outros municípios, de outros Estados e até do exterior.

No decorrer do processo, surgiu a compreensão de que faltava um projeto político para o Movimento de Pintadas, numa clara disposição em disputar o poder público. Isto desencadeou a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a apresentação de candidatos no pleito de 1988. Tal ação foi se consolidando até a conquista da prefeitura nas eleições municipais de 1996. A partir de então, o movimento social galga um novo patamar, pois além de ser ele mesmo, passa a ser poder público municipal. Não obstante, os problemas decorrentes de tal situação, o processo de participação avança e, conjuntamente, movimento social e poder público municipal conseguem várias melhorias para a localidade.

Novos problemas vão se materializando e novas ações e entidades são criadas no intuito de responder os problemas advindos da caminhada. A CrediPintadas, hoje SICOOB Sertão de Pintadas, surge a partir da extinção do único estabelecimento bancário, do então Banco do Estado da Bahia (BANEB), antes do início do governo petista em 1997 (por questões político-partidárias). O SICOOB Sertão de Pintadas acabou se tornando um dos trunfos da Rede, ficando com a gestão financeira de grande parte dos recursos repassados pelos parceiros externos às instituições integrantes da Rede, além do fundo rotativo formado a partir do Projeto Pintadas/BNDES.

Em 1999, surge a Associação dos Apicultores fruto das discussões sobre a necessidade de diversificar as fontes de renda na zona rural e incentivar o reflorestamento. No mesmo ano, foi fundada a Cooperativa Agroindustrial (COOPAP), para enfrentar os novos e grandes desafios de buscar lugar no mercado para a comercialização da produção agropecuária local. Logo depois, foi constituída a Companhia de Arte Cênica Rheluz, formada por jovens, que estão realizando as Semanas culturais como espaço de expressão artística que busca o resgate da identidade cultural e o debate sobre assuntos da arte popular. Se do ponto de vista do movimento social a organização avança, no campo eleitoral consegue-se renovar o mandato da prefeita, eleger o sucessor e, nas últimas eleições, eleger uma deputada estadual.

Atualmente, uma série de novos projetos para geração de trabalho e endogenização da renda são estimulados, a exemplo da criação do abatedouro municipal e da casa de ração, num intento claro de apostar em uma vocação da economia local para a caprinocultura.

A complexificação do Movimento Social de Pintadas e o surgimento de novas associações e parceiros levou a necessidade de construção de um fórum de discussão entre as entidades, que funciona desde 2000 e que se institucionalizou sob a forma jurídica de associação a partir de Julho de 2003, denominada de Rede Pintadas. A maior parte das decisões estratégicas para o desenvolvimento de Pintadas passou a ser discutida no âmbito da rede, com a participação de representantes das entidades membros.

O principal papel da Rede é o de canalizar os debates, lutas, pleitos e projetos para uma discussão mais ampla, representativa e democrática. A idéia é de escapar dos meios tradicionais de “planejamento de gabinete”, rumo a formas participativas de se pensar a coisa pública e planejar a gestão social, assim como, a administração pública de forma integrada. Este processo tem-se caracterizado pela formação de lideranças, o fortalecimento da solidariedade e a democratização das decisões nos diferentes níveis de articulação da experiência.

Se o problema da água constituiu historicamente o grande desafio da rede, e a forma coletiva de enfrentá-lo foi vitoriosa – concretizada pelo alcance da meta de dotar 100% das residências rurais com cisternas; hoje se tem clareza de novas demandas para o desenvolvimento local. O município passa a conviver com um grande paradoxo, derivado curiosamente do seu próprio êxito. Isto é, o desenvolvimento da rede significou também maior grau de desenvolvimento pessoal no município (erradicação do analfabetismo,

sentimento de auto-estima crescente etc.), o que diminui consideravelmente o desejo das pessoas em sair do seu lugar. A isto vem somar-se uma espécie de sentimento de desapego às atividades rurais, fazendo com que parte das populações dos povoados migrem para a sede do município. O desafio então é de construir condições para manter as pessoas no território, dessa vez, não apenas trabalhadores com baixo grau de qualificação, mas também jovens recém formados em nível de segundo e terceiro grau, sinal dos novos tempos?!

5.2 – APAEB/Valente

A APAEB é uma associação de pequenos produtores rurais que empreende um conjunto de iniciativas (tanto de natureza sócio-produtiva, quanto de natureza sócio-cultural e sócio-política) articuladas em rede, como estratégia de enfretamento das condições adversas de vida no lugar com vistas a geração de trabalho, renda e promoção do seu próprio desenvolvimento territorial.

A APAEB Valente conseguiu estruturar uma série de empreendimentos, ampliando e complexificando sua atuação ao longo do tempo. As ações da associação compreendem um laticínio de leite caprino; um curtume para pele caprina; apoio ao trabalho desenvolvido por mulheres que confeccionam peças artesanais; um apiário; uma bateadeira de sisal e uma fábrica de tapetes e carpetes de sisal (400 funcionários).

Além destes empreendimentos produtivos, tem-se a Escola Família Agrícola, o Programa Educação e Cidadania; o Programa Convivência com a seca; a Escola de Informática e Cidadania; o Programa de Desenvolvimento Comunitário; a participação nos Conselhos Municipais e a representação direta nos conselhos de Saúde, Educação, de Desenvolvimento Rural Sustentável e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Na área da Cultura, concomitantemente ao apoio a grupos que mantêm viva a tradição musical nas comunidades rurais, realiza eventos culturais no município de Valente em parceria com associações comunitárias na zona rural; consegue construir a Casa Brasil e um amplo Clube Sócio Recreativo.

A APAEB surgiu como tentativa de solucionar as dificuldades dos pequenos agricultores da região em escoar sua produção e adquirir produtos industrializados que ficavam a mercê dos intermediários e donos de bateadeiras, bem como, a falta de consideração por parte dos poderes públicos para os interesses dos pequenos agricultores.

Ao longo dos seus 27 anos de existência a APAEB passou por várias fases e dinâmicas. O período entre 1986-1993, significou uma redefinição de foco da atividade, tanto nas questões produtivas, quanto no formato organizativo. O destaque deste período é que a ação de base regional vai dando lugar à ação municipalizada de forma crescente até a separação jurídica das unidades em 1993.

Consolidada a separação da APAEB em várias organizações, o núcleo de Valente é a que mais prospera. Gradativamente Valente foi estimulando a diversificação dos projetos econômicos, intervindo ao longo das cadeias produtivas mais significativas para a região e atuando em programas visando à conscientização da população sobre os seus direitos e sobre os deveres que o poder público tem para com ela.

No entanto, a partir de 2004, a entidade passa a viver uma crise financeira aguda em função da operacionalização da fábrica de tapetes. Tal fato representa mais uma fase na vida da entidade, pois ela teve que conviver com poucos recursos, falta de créditos e atrasos persistentes de salários dos seus quase 800 funcionários. A implantação da fábrica de tapetes foi um grande passo da APAEB de Valente no sentido de atuar em todas as etapas da cadeia produtiva do sisal (do plantio à exportação de tapetes e artefatos de sisal), no entanto a falta de apoio político-financeiro e as alterações na política cambial colocaram a atividade em cheque.

Atualmente a entidade é dirigida por um Conselho de Administração composto por nove membros, sendo que três destes integram a Diretoria Executiva, e por um Conselho

Fiscal com três titulares e três suplentes, todos os cargos são eletivos, com mandatos de três anos. Complementa a Diretoria Executiva um gerente que é designado pelo Conselho administrativo. Do ponto de vista da gestão dos empreendimentos conta-se com os Gerentes e Coordenadores de Produção, Assessoria e Consultoria.

A ação da organização conseguiu produzir importantes instrumentos de bem-estar para população e para os pequenos produtores. O combate a ação dos atravessadores - uma das questões que motivaram a criação da APAEB – foi feito com muito êxito, tanto na regulação do preço do sisal, na consolidação do Posto de Vendas (alimentos e bens demandados pelos produtores) e na estruturação da cooperativa de crédito (questão da intermediação financeira).

A APAEB incentivou o pequeno agricultor a se preparar para conviver coma a seca, estruturou empreendimentos ao longo de toda cadeia produtiva do sisal, da caprinocultura e do mel (produção, transformação, distribuição, pesquisa/inação e comercialização), endogeneizando a renda, internalizando processos produtivos mais complexos e gerando oportunidades de emprego e bem-estar. Essas ações potencializaram a utilização dos recursos locais (sisal, caprinos, mel e insumos p/ o artesanato) e foram realizadas com lógicas econômicas alternativas.

Conseguiu-se ao longo do processo formar lideranças, oportunizar espaços e contextos para formação e renovação dos vínculos pessoais, bem como da discussão conjunta de problemática comuns. Adquirem relevo as parcerias institucionais que a entidade estabeleceu ao longo do tempo (poder público, iniciativa privada e organismos não governamentais). Também há que se ressaltar a rede de serviços educacional e cultural implantada (escola família agrícola, centro de cultura, escola de informática, capacitações técnicas etc.); bem como, a utilização e estímulo de meios de comunicação alternativos (rádio comunitário, tv volante, jornais impressos) e incentivos às atividades lúdicas. Todas essas atividades aumentaram o bem estar da comunidade e combateram o êxodo rural.

5.3 – Policultura No Semi-Árido - Umburanas/Ourolândia

O projeto Policultura no Semi-árido trata-se de uma experiência de formação de pequenos agricultores, envolvendo a apreensão de idéias, valores e técnicas para um manejo sustentável das pequenas propriedades, em particular, e da vida comunitária em geral, diante da necessidade de convivência com o semi-árido.

O projeto Policultura no Semi-Árido teve início, em 1999, com a estruturação de 15 campos nos municípios de Umburanas e Ourolândia, nos quais, os agricultores se dispuseram a experimentar alternativas apresentadas pelo Instituto de Permacultura da Bahia para a situação de degradação dos solos. Tal iniciativa se deu em parceria com a empresa BomBrasil Óleo de Mamona e a prefeitura local.

O projeto chega em 2006 com 1000 famílias atuando nos municípios de Ourolândia, Umburanas e Cafarnaum. Ao longo do tempo, estabeleceu parcerias com entidades governamentais de várias esferas (Conab/ Ministério da Agricultura; Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais da Bahia - SECOMP e Prefeituras), organizações não governamentais nacionais e internacionais. Realizou diversos eventos nos municípios relacionados ao foco da atividade (1º Seminário de Agroecologia, a Festa da Policultura nos municípios de Cafarnaum e Umburanas que já está na quarta edição). Alcançou reconhecimento público, sendo premiado em diversos eventos (Fundo Nacional do Meio Ambiente para Combate à Desertificação, 1º lugar em Atuação Sustentável no Prêmio Bahia Ambiental e 3º lugar na categoria Humanidade do Prêmio Ambiental Von Martius).

O projeto é administrado por uma coordenadora geral e três coordenadores. Cada técnico agrícola, auxiliado por Agentes Comunitários Rurais – jovens filhos de agricultores das respectivas comunidades atendidas -, coordena um grupo de agricultores. A associação dos policultores participa do processo de avaliação contínua e construção de alternativas, por meio de reuniões mensais. As decisões sobre as práticas e rumos do projeto são tomadas

coletivamente em reuniões trimestrais, que contam com a participação da equipe técnica e de representantes dos agricultores e parceiros.

A experiência revela um ensinamento precioso de convivência do homem do campo com um meio ambiente tido como profundamente inóspito e inadequado para as condições de vida do ser humano. Este ensinamento caracteriza-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento de um tipo de tecnologia de manejo produtivo capaz de garantir com qualidade e produtividade 3 benefícios fundamentais: a produção de alimentos para a família camponesa; a produção de alimentos para o plantel de animais da propriedade e a conservação e melhoramento do solo (alimento também para o solo).

Este fato nos conduz a uma reflexão marxiana. Para Marx, o capitalismo traz a tendência à unilateralização da produção do trabalhador que se acompanha por uma multilateralização das suas necessidades (se antes eu caçava e pescava, agora eu apenas caço e dependo de outro para consumir a pesca). O que implica, numa sociedade capitalista, com maior dependência ao mercado e em se tratando do semi-árido nordestino, maior dificuldade em manter-se na região pela ausência de rendimentos garantidores desse consumo (multilateralização das necessidades). No caso aqui analisado, parece verificar-se uma tendência precisamente oposta. Ou seja, a lógica acima descrita parece conduzir a uma tendência de multilateralização da produção e unilateralização do consumo.

O projeto forma lideranças e estabelece parcerias institucionais (poder público, iniciativa privada e organismos não governamentais). No nível sócio-cultural, incentiva a uma nova cultura do trabalho no campo, afetando especialmente as novas gerações que passaram a valorizar sua identidade local e o sentimento de pertencimento ao lugar, afirmando o sentimento camponês. Incentiva, também, mudanças nos hábitos e padrões alimentares que valorizam o consumo do que se produz na propriedade e a realiza de eventos de difusão cultural das práticas locais (festa da policultura) e suas ações fortalecem os vínculos de sociabilidade através do incentivo ao mutirão.

As atividades do projeto de policultura vêm combatendo a desertificação, através de técnicas de manejo produtivo que revigoram o solo. Destaca-se também a não utilização de defensivos agrícolas; o aumento da diversidade biogenética; a diminuição da utilização de água nas áreas produtivas em função do manejo proposto pela permacultura; utilização dos resíduos gerados nos processos produtivos e a diminuição os custos de produção com o manejo dos campos.

6 – Considerações finais: em que as experiências descritas servem de referência para processos de desenvolvimento local?

A resposta a esta pergunta exige uma advertência. O desenvolvimento local não pode ser tomado como homogêneo e ser utilizado como modelo a ser empregado em todo e qualquer lugar; mesmo se considerarmos o caso da Bahia, cuja região semi-árida é onde se encontra os maiores bolsões de pobreza, miséria e poucos fluxos econômicos. Dito isto, deve-se estar atento ao termo referência e não tomá-lo como receita, algo padronizado que precisa ser replicado como condição única para uma determinada localidade desenvolver-se.

Retomando as experiências, importa salientar o fato de todas serem desenvolvidas no semi-árido. Municípios que convivem historicamente com um quadro agudo de êxodo da sua população, sobretudo masculina e jovem, com destino aos grandes centros urbanos do País. Tal processo migratório mantém-se devido às características da região. Os grandes e médios fazendeiros dedicam-se à pecuária, atividade que prescinde de mão-de-obra intensiva, enquanto que os pequenos produtores se dedicam às atividades de subsistência (pequenos criatórios, milho, feijão e mandioca, altamente suscetíveis à seca). Existe até hoje um forte quadro de concentração de terras. Além disto, a população ainda sofre com o baixo nível de renda.

Na medida em que cada uma das três experiências contribui para diminuir a intensidade do êxodo, ou até revertê-lo (como alguns depoimentos apontam), tais iniciativas já apresentam certo sucesso, pois garantem o mais precioso bem de um local que é sua massa crítica. Pessoas que têm identidade com o lugar e gostariam de trabalhar para o que o mesmo prospere, mas são impedidas de assim fazer devido à falta de toda e qualquer condição. Logo, se as iniciativas conseguem estabelecer o mínimo de condições para a permanência das pessoas e/ou volta de outras, foi dado o primeiro passo para o lugar ser reinventado.

As três experiências demonstraram elementos que consubstanciam a crítica a *empresarização* como condição para o desenvolvimento. São duas experiências no formato associativo que procura alcançar desempenho financeiro e gestão mais horizontalizada (APAEB e Rede Pintadas) e uma que aposta na viabilidade da unidade campestre, retomando uma dinâmica inusitada de produção que se alia aos reclames de respeito à natureza. Ou seja, observamos uma prática de empresa produtiva sem sinônimo de empreendimento lucrativo e fins utilitários. Tal exercício potencializou as possibilidades de ações coletivas organizadas de natureza produtiva e elaboração de atividades econômicas sem fins de acumulação privada e em benefício das comunidades. Isto permite uma ampliação do conceito de empresa produtiva, para além da norma capitalista, assim como, uma redefinição dos parâmetros de gestão comumente utilizados, apontando na direção de um maior desenvolvimento e institucionalização de formas autogestionárias de organização.

A APAEB nos ensina como fazer frente a intermediários sem perder qualidade, escala e inovação técnica. A experiência revela a capacidade de auto-organização dos pequenos agricultores no seu território, iniciada através do recurso a uma ferramenta de finança solidária fortemente enraizada nas tradições locais nordestinas – a poupança comunitária ou fundo solidário. A experiência mostra em seguida como se pode consolidar um processo de desenvolvimento local investindo-se simultaneamente em dois grandes eixos de ações estratégicas. O primeiro eixo envolve a expansão das atividades através da constituição e fortalecimento de uma rede empreendimentos locais caracterizados pela diversificação em diferentes níveis: seja investindo nas várias etapas da cadeia produtiva do sisal e caprinocultura (principais bases da economia local); seja investindo em outras atividades sócio-econômicas complementares na rede e de vital importância, pois voltadas para a comercialização no território (supermercado, postos de venda, etc.); seja ainda investindo fortemente nas atividades de natureza sócio-cultural, como centros de formação, casa da cultura, rádio e jornal comunitário, centro comunitário, etc.. O segundo eixo estratégico compreende o próprio investimento nas pessoas do lugar, formando-as e capacitando-as para assumir a grande quantidade de postos de trabalho criados localmente. Estes crescem em exigência de qualificação e complexidade com a própria expansão da rede via novos empreendimentos em diferentes áreas que solicitam grande demanda de gestão.

A Rede Pintadas nos ensina como um processo de auto-organização político-associativo de cidadãos no seu território gera efeitos muito conseqüentes sobre a dinâmica do desenvolvimento local. A força da rede é à força do próprio associativismo local. Ou seja, da capacidade que tem a comunidade de reunir-se, discutir seus problemas comuns, e ir pouco a pouco construindo as soluções na forma de iniciativas locais e empreendimentos que vão atuando em diferentes âmbitos, entre projetos mais sócio-econômicos, sócio-culturais e sócio-ambientais. Enquanto um coletivo concreto e institucionalizado, a rede aponta diretrizes. Da busca pela auto-suficiência hídrica num primeiro momento de total ausência do poder público local, a rede consegue em seguida a própria tomada do poder político local. Novas demandas e problemáticas aparecem, exigindo novos projetos e processos de reorientação permanente. A força desse projeto é sua capacidade sócio-política de ler a realidade e pensar soluções.

O Projeto policultura ensina um processo radicalmente diferenciado de convívio do homem do campo com seu meio ambiente. Apostando numa solução tecnológica

extremamente original e ambientalmente qualificada, ele aponta um horizonte consistente de transformação da vida para muitos pequenos agricultores numa perspectiva de auto-suficiência da propriedade. Evidentemente que tal horizonte supõe outros níveis de ação estratégica, como a questão da comercialização em um novo patamar de escala e sua influência na conformação atual da economia territorial (até se pensar mudanças no modo de organização da oferta e demanda nesses territórios e configuração das economias locais) – o que exige maior grau de articulação entre os pequenos agricultores, isto é, uma mudança de cultura política local.

As experiências analisadas apresentam dimensões mais ou menos pronunciadas. A dimensão sócio-econômica é marcante na APAEB. Nesta verificam-se um alto poder de regulação da economia local, seja através do estabelecimento de um melhor preço para o sisal e para os produtos da caprinocultura, seja através da quantidade expressiva de postos de trabalhos gerados no município e região, ocasionando, por conseguinte, uma endogeneização da renda, possibilitando criar e manter fluxos econômicos no território. Já na Rede Pintadas, destaca-se a dimensão sócio-política. Isto é, o processo de auto-organização e fortalecimento do associativismo local foi marcante para a dinâmica de discussão dos problemas públicos afetando o cotidiano das pessoas no seu território e elaboração de propostas de soluções concretas para estes problemas comuns. Além disso, importa destacar o salto qualitativo da Rede ao tornar-se governo e assumir a própria gestão pública local. O Projeto de Policultura do Semi-árido, por sua vez, é fortemente marcado pela centralidade da dimensão sócio-ambiental: trata-se de construir novas tecnologias de manejo do solo e convivência sustentável do homem do campo com seu habitat. Neste tipo de experiência muito impressiona a transformação de propriedades praticamente áridas e sem vida em campos de culturas variadas e altamente produtivas. Nos três casos aparece de maneira marcante a importância da dimensão sócio-cultural, refletida no sentimento de identidade forte das pessoas com o seu território.

Em resumo, os casos analisados dinamizam socioeconomicamente seus locais, pois inovam pelo uso de fatores/recursos subutilizados, pela melhor distribuição da renda no território, pela promoção e articulação entre as dimensões produtivas, culturais, sociais e ambientais. Com efeito, destaca-se o grau de protagonismo, autonomia e criatividade dos sujeitos sociais em enfrentar as diversidades climáticas, a tradição de mando e as formas ditas naturais de produzir; bem como as novas formas de sociabilidade construídas, ou seja, constituição de espaços públicos e fortalecimento dos laços de solidariedade.

Assim, todas elas dão passos significativos em direção a uma descentralização do poder (grau de democratização das relações e mudança da cultura política) e estabelecem articulação de pactos com o poder público e a sociedade civil, não se transformando em comunidades fechadas. Neste sentido, as experiências analisadas, se vista em seu conjunto, permitem afirmar a importância de se pensar a sustentabilidade do desenvolvimento local de maneira ampliada, considerando além dos condicionantes econômicos, as dimensões sócio-política, sócio-cultural e sócio-ambiental. E daí sua proximidade com um jeito de pensar a economia a partir do equilíbrio de várias lógicas, pensá-la de maneira plural, ou seja, pensá-la a partir da economia solidária, aliando os saberes tradicionais com elementos da modernidade, mas, sobretudo, incorporar neste processo modalidades de crítica.

Bibliografia Citada

ALBAN, M. 2005. O novo enigma baiano, a questão urbana-regional e a alternativa de uma nova capital. In: *ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, XI, 2005, Salvador, Anais. Salvador: UFBA.

FRANÇA FILHO, G. C. 2006a *Teoria e Prática em Economia Solidária: Problemática, Desafios e Vocação*. V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade: O Mundo Empresarial e a Questão Social. PUC-RS – Porto Alegre.

FRANÇA FILHO, G. C. A Economia Popular e Solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO et al. 2006b. *Ação Pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE J.L. 2004 *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de. & DZIMIRA, Sylvain. 1999. Economia Solidária e Dádiva. ORGANIZAÇÃO E SOCIEDADE, n. 14, v. 6, Salvador: EAUFBA, jan/abr, 1999.

GALLICCHIO, E., CAMEJO, A. 2005. *Desarrollo Local y Descentralización en América Latina – nuevas alternativas de desarrollo*. II Cumbre Iberoamericana por el Desarrollo Local/Regional y la Descentralización.

LAVILLE, J. L. (Dir.). 1994. *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer.

MARX. K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAUSS, M. 2001. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70.

POLANY, K. 1980. *A grande Transformação: as origens da nossa época*. RJ: Campus.

SOLÉ, A. 2004. *¿Que és uma empresa?* Constucción de un idealtipo transdisciplinario. Working paper. Paris.